

Foram aprovados os requerimentos nºs: 039/2000 e os Indicações 137 e 138/2000, retirado o requerimento nº 040/2000. Retirando, foi aprovado o requerimento nº 039/2000. Sumariado o Vadem do Dia, o Senhor Presidente entregou a Tribuna para a Explicação Pessoal. Ocupou a Tribuna em Explicação Pessoal o Vereador Renato Estino da Silva Filho declarando inicialmente seu mais veemente protesto pelos acontecimentos do dia 22 de abril quando o Governo Federal retirando protestos dos colonizadores havia usado da violência do Polício Militar para calar a voz de índios, sem terras, negros e outras entidades na cidade de Santo Espírito no Cabu. Disse que os movimentos da sociedade haviam sido vítimas de agressões por parte do Governo, lembrando a época da Ditadura, quando na verdade desafiaram apenas protestar contra quarenta e cinco anos de exploração e desrespeito às classes populares, pelo que deixava o registro nos anais da Câmara Municipal de Cabo Frio, no que expunha sua fala. A seguir, ocupou a Tribuna em Explicação Pessoal, o Vereador Paulo Benedito Ocasio Filho, reportando-se inicialmente quando a questão do divórcio judicial do INAPES, quando era público e notório que os requeridos eram desrespeitados em seus direitos por mais profissionais que inclusive amecaram indenizações e danos para que não desistissem os fatos. Disse o Orador que diante de tal desrespeito e abuso, auerara mecanismos próprios junto ao Governo Federal e agora, devido expediente do Condicionamento do INAPES, comunicando que os casos de desrespeito aos requeridos não mais iriam se repetir em Cabo Frio. Adiante, disse que lamentavelmente seu Gabinete havia recebido novas denúncias de mais fatos a requeridos em Cabo Frio, pelo divórcio judicial, tendo inclusive dado alta a uma Senhora com sete e um anos de idade, com problemas psiquiátricos sem a mínima condição de trabalho, ali mesmo pela idade avançada. Prosseguindo, convocou a todos os Vereadores para que juntamente com a Comissão de Saúde pudessem avaliar tal quadro em nome do interesse maior da coletividade, no que encerra sua fala. Nada mais tendo a falar, o Senhor Presidente iniciou a presente Sessão em nome de Deus. E, para constar, mandou que se lavrasse o presente Ata, que depois de lida, submetida a aprovação definitiva, e aprovada, seja assinada para que produza seus efeitos legais.

Ata da Sessão Pública Ordinária do Primeiro Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia (27) vinte e sete de abril de (2000) dois mil.

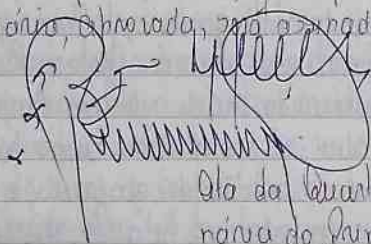
As duas horas do dia (27) vinte e sete de abril do ano de (2000) dois mil, sob a Presidência em exercício do Vereador Eduardo Pereira Vila e com a compareção da Primeira Secretária "ad hoc" pelo Vereador Janus dos Santos Mendes, reuniram-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além desses, responderam o chamado regimental os seguintes Vereadores: Braz Vinícius Brito Filho, Edison Silva Magalhães, Gustavo Antônio Guimarães Branger, Daniel Adriano da Silva Filho, Rosyza Aurubadossa Ramos Cônego, Milton Roberto Ventura de Souza, Valery Rodrigues da Silva, Waldin Maurício de Aguiar Neto e Wilmar Ponturo. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. São havidos de ato para ser lido, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário o leitura do Expediente que consta do seguinte: Ofício IGAEE-CA n.º 06/2000 - Prefeitura Municipal de Cabo Frio, assunto: Encaminha e remessa n.º 005/2000 e respectivos projetos de Lei, para apreciação desta Casa Legislativa, Projeto de Lei n.º 015/2000 - Remessa n.º 005/2000, assunto: Autoriza o Poder Executivo e concede auxílio financeiro à Colônia de Pescadores 2-4 Cabo Frio - RJ. Projeto de Resolução n.º 006/2000 de autoria do Vereador Antônio Carlos de Carvalho Andrade, assunto: Considera de Utilidade Pública Municipal o Centro de Promoção e Assistência Social da Paróquia de São Brás, Requerimento n.º 037/2000 de autoria do Vereador Vilas Heloízes Brito, assunto: Solicita o Iluminação a instalação de telefone comunitário na rua Rio de Janeiro, em frente ao n.º 57, Bairro Jardim São, Requerimento n.º 041/2000 de autoria do Vereador Daniel Adriano da Silva Filho, assunto: Solicita ao Secretário de Saúde, informações quanto a preservação das medicações genéricas na rede pública de saúde, Requerimento n.º 042/2000 de autoria do Vereador

dos Senhores Senhores Senhores, assunto: Declaração ao Excmo. Sr. Prefeito Municipal
 informando quanto a continuidade de casos de dengue na Região de Lago
 São, Indicação nº 136/2000 de autoria do Vereador Blas Rodrigues Neto,
 assunto: Declaração ao Excmo. Sr. Prefeito Municipal a paralização da sua-
 ria de fomento, localizada no Bairro Travessa denominada a futura
 do Espetáculo, o Senhor Dr. Ricardo Francisco a Declaração aos Senhores
Vereadores como primeiro Vereador inscrito, suprou o Dr. Ricardo Vereador
Waldemar Francisco de Aguiar Neto, abordando inicialmente a questão do sa-
 nicamente no Município, fundamentalmente quanto a preservação da lo-
 ça de Anaruama, e de forma particular, destacando a importância de se
 manter obrigatória a construção de estações de tratamento, no oportuna-
 de obras realizadas pela Prefeitura disse que sua ideia era trabalhar
 numa concepção ampla de saneamento, desde o fornecimento de água até a
 transformação em efluentes, e drenagem posterior. disse ainda, disse que
 a importância de Lago São, e mais ainda, a preservação da lagoa de
 Anaruama em toda sua extensão motivava o rompimento de diques com
 facilidade. disse em seguida uma ampla participação de todos os mu-
 nicipios envolvidos, de forma descentralizada facultando assim a in-
 tervenções públicas no ambiente e sua consequente integração. Ainda
 sobre o tema, disse ser necessária a consecução de todos os projetos
 produtivos da sociedade para que existisse o fortalecimento de preserva-
 ção do potencial turístico da região através de investimentos em saneamen-
 to com relação ao lixo, disse que em próxima sessão abordaria o que era
 uma exigência, com uma comunidade vivendo no lixo sem qualquer
 tipo de proteção. disse ainda, disse que enquanto alguns da Comissão
de Lixo, não tinham mais onde ir além porque a direção da Comissão
de Lixo, ou melhor, segundo a direção da Comissão de Lixo a Prefeitura
 não deixava devarios deficientes e cinquenta toneladas de lixo, não
 iram sua foto. A seguir, suprou a Declaração, o Vereador José dos Santos
Soares, falando inicialmente que se colocava a disposição de Senhores
Vereadores Waldemar Francisco de Aguiar Neto, para passar que não era apenas José dos Santos
Soares que faz o lixo virar lixo, e que tinha muita gente produzindo tal
 transformação. disse ainda, falar do Projeto de Lago São, disse

do processo de todos os quadantes do mundo, não apenas do Brasil, visto, principalmente os atrevidos nativos do Iturupio, misturando em diversas situações, e também na mídia escrita, falada e televisada falou da importância da imprensa, particularmente da televisão, que mesmo não sendo criada no Iturupio, era de Cuba São a concessão do Canal, discorrendo a seguir sobre o desenvolvimento da imprensa na região. Adiante, disse que muitos jornais haviam desaparecido porque apenas se dedicavam a especulação nos negócios comuns, mas outros permaneciam sobrevivendo de forma digna e ético a história do Iturupio. Disse que o respeito na negociação para manter o diário em concessão do jornal Folha dos Açores, no dia 30 de abril, disse que por sua imparcialidade, combati a cidade e na parte a opinião pública, havia construído uma igreja que honrava a imprensa brasileira, fazendo a seguir um histórico do jornal Folha dos Açores. Disse que fazia o respeito nos anos da Casa para que fossem motivados outros jornaleiros que a exemplo de Abouca Liberal investiam na imprensa, como instrumento a serviço da verdade e da democracia, no que enunciou sua fala. Não havendo mais Oradores inscritos para o uso da tribuna, o Senhor Presidente conduziu os trabalhos para o Votem do Dia. Nesta etapa, foram aprovadas as seguintes matérias: foi aprovado requerimento de urgência nº 0043/2000 para o Projeto de Lei nº 015/2000. It's nº 005/2000 para as demais Comissões foi encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Resolução nº 006/2000 foram aprovados os requerimentos nº: 047/012, 048/2000 foi adotado o requerimento nº 057/2000 e o Indicação nº 136/2000. Sumariado o Votem do Dia, o Senhor Presidente franqueou a tribuna para o Corfeirinho Pessoal, abriu a tribuna em Explicação Pessoal, o Vereador Abouca Gilvino da Silva Filho, falando inicialmente sobre o requerimento de sua autoria, que de certa forma evoca alguma polémica, mas que mesmo com o avanço dos sites "electronic" da Casa, o Parlamento estava a um passo com o site democrático do debate. Falou sobre sua posição no desenvolvimento das matérias, colocando-se sempre de forma independente, sem nunca perder o perfil de líder do Governo, não ingenuamente com práticas anteriores e sem contudo falou que se

discussão a participação de reunião de sua Comissão, com proposta para se pular
 a urgência. Disse que assumiu uma posição delicada, mas sabia que os
 dois documentos convergiam para o bom senso, e assim preferia respeitar
 aos demais companheiros. Com relação ao pronunciamento do Povo, disse
 que sistematicamente quando do surgimento de questões que envolviam san-
 tar jurídica, o pronunciado não era enunciado, o que não havia afetado
 um partido. Houve textualmente que o idôneo de ler no Povo um documento
 do Ministério da Saúde esclarecendo alguns pontos genéricos. Incon-
 tamente para dizer: "Uha, estamos aqui, documento do Ministério da Saúde
 de que nos esclarece pontos jurídicos o respeito do assunto que em reali-
 do prejudica a natureza da matéria, mas de outra forma faz para
 o Povo documento espólio de em determinado momento ou útil para
 o legislador". Disse que dependia a aplicabilidade e a proteção de tal
 fato, tendo como fundamento genérico, falando que o texto era compre-
 mo, fruto do pronunciamento do Senador Gustavo Guanais, aduzindo que
 o documento do Ministério da Saúde não tem chegado ao formalização
 a legislação, não poderia ser considerado como base legal pelo legisla-
 dor. Discorrendo sobre as questões dos genéricos e os interesses que en-
 volvem tal quadro, encerrou sua fala. A seguir, ocupou o tribuna
 em exploração pessoal, o Senador Gustavo Antonio Guanais de
Alencar, comentando inicialmente da oportunidade que usava em se
 formar como Bacharel de Direito, tendo sido pronunciado do Município e
 assim, vivenciando ao longo de sua vida questões próprias da profissão. L-
 hou episódio ocorrido em 1992, quando iniciou a jornada no cargo pú-
 blico como pronunciado, quando o então Prefeito formulava uma ques-
 tão ao advogado do Município de janeiro e o mesmo perguntava se o pre-
 ceito era contrário ou favorável. Disse que o comentário motivava que
 no Município havia sido para tudo, e assim, estavam os advogados de
 direito e de legislação e o juiz para julgar os méritos das questões que
 vinham. Com relação ao parecer do Conselho de Constituição e Justiça
 disse que não deveria ser motivo de preocupação, na medida em que que-
 rava a respeito de reduções para medicamentos genéricos. Adiante, dis-
 se que mais uma vez animava ao líder do Governo para que fosse um

plementado o termo de Gestão da Saúde no Município, cujo objetivo na
opção o relevante interesse do Estado. Sendo sobre o assunto da Saúde
dessa que estava naquela semana no Bairro Jardim Esperança, as
12h e meia da manhã, fotografando uma plaqueta médica no Hospital
do Bairro, o que era um descalabro, apenas para fazer uma ficha de
consulta médica. Disse que o quadro era deprimente e que exigia im-
ediata atuação do Poder Público em todos os seus níveis, não colocando
o assunto de tamanha importância, como era a saúde pública no Municí-
pio no campo meramente político, e assim incurso sua fala. Não ha-
vendo mais motivos para o uso do arbútrio em Exceção, sendo
o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus, re-
cendendo extraordinariamente para dentro de dez minutos e, para constar,
mandou que se levasse a presente Ata, que depois de lida, submetida
à Oportunação Menória, aprovada, seja o arquivado para que produza
seus efeitos legais.



Ata da Sessão Extraordi-
nária do Primeiro Período Legi-
slativo da Câmara Municipal de
Cabo Frio, realizada no dia 27
de abril do ano 2000

As vinte horas do dia 27 de abril
do ano de 2000, sob a Presidência em exercício do Vereador Eduardo Be-
ria Ata e com a presença do Primeiro Secretário "ad hoc" pelo Vereador
Jânio dos Santos Mendes, reuniram-se extraordinariamente a Câmara
Municipal de Cabo Frioolim dezessete, responderam a chamada reg-
imental os seguintes Vereadores: Ruy Benedito Cardoso Filho, Edison
Silva Aragão, Gustavo Antônio Guimarães Baranger, Renato
Augusto da Silva Filho, Maria Durvaldora Gomes Rêgo, Milton de
Almeida Mendes de Souza, Valery Rodrigues da Silva, Walden Romário de
Aquino Silva e Valmar Roberto Cavendo número regimental, o Senhor